

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS ANTONIO BEKON PAULA

**CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE APOIO PARA O POLICIAL MILITAR COM
PROBLEMAS PSICOLÓGICOS GERADOS EM DECORRÊNCIA DO TRABALHO**

CURITIBA
2014

MARCOS ANTONIO BEKON PAULA

**CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE APOIO PARA O POLICIAL MILITAR COM
PROBLEMAS PSICOLÓGICOS GERADOS EM DECORRÊNCIA DO TRABALHO**

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde.

Orientador: Prof.Ms. Paulo de Oliveira Perna

CURITIBA
2014

RESUMO

A Polícia Militar é fundamentada na hierarquia e disciplina, isso faz com que haja resistência à mudanças. Quando da sua criação a cultura, as ações e a violência era de uma forma, atualmente é totalmente diferente. No trabalho é exposto a situação que trabalha a Polícia Militar frente a crescente violência. A falta de suporte e o descaso com a saúde dos policiais da região litorânea

O objetivo do trabalho é propor a criação de um centro de apoio à saúde mental do Policial Militar do Litoral, com uma equipe de multiprofissionais para que ele possa fazer o tratamento sem precisar deslocar a Capital do Estado evitando gastos financeiros e desgaste físicos.

A pesquisa documental demonstrou que o policial militar está no centro de forças advindas da organização do trabalho, da precarização do trabalho e, por fim, da sociedade contemporânea, essas forças contribuem para implicações danosas à saúde (mental) dos profissionais podendo levar ao alcoolismo, depressão e até em suicídio.

Palavras-chave: Policiais Militares. Saúde. Violência.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	2
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	3
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	5
2.1 A VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	5
2.2 A PROFISSÃO DO POLICIAL E OS RISCOS	5
2.3 A SAÚDE E O TRABALHO DO POLICIAL	7
3. METODOLOGIA	9
4. A ORGANIZAÇÃO.....	10
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:.....	10
4.2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	11
5. PROPOSTA.....	12
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	13
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	13
5.3 – RECURSOS	14
5.4 - RESULTADOS ESPERADOS	14
6. CONCLUSÃO	15
7. REFERÊNCIAS.....	17

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/Problemática

A instituição policial brasileira, seja ela militar ou civil, tem sobre seus ombros um papel que se caracteriza por uma complexa trama de responsabilidades, dados os graus e tipos de violência no Brasil.

De acordo com o art. 144, § 5º, da Constituição Federal de 1988, “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”. Por sua vez, o art. 48 da Constituição do Estado do Paraná (1989), prescreve que “À polícia militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução das atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamento e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.”

Silva e Vieira (2008) afirmam que uma das maiores preocupações da sociedade contemporânea é a segurança diante da crescente violência.

Para o sociólogo Otavio Ianni, a violência é um produto da forma com que se organizam as relações sociais sob o capitalismo. Assim, para ele, os conflitos que emergem a toda hora em tal ordem social, se manifestam como

[...] violência urbana, narcotráfico, sequestro, tráfico de órgãos, terrorismo niilista e terrorismo nazista, esquadrões da morte e lógica da destruição criativa, desemprego estrutural e lumpenização generalizada, terrorismo de Estado e geopolítica da guerra, racismo e fundamentalismo. (IANNI, 2004, p.143).

Nesse contexto, portanto, é que a Polícia Militar deve ser responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública nos diversos Estados da Federação. A partir daí, já é possível vislumbrar os severos problemas de saúde que decorrem da atuação do policial.

Hoje, com o aumento da desigualdade estrutural, a criminalidade também cresce e a violência pode ser considerada como um problema de saúde pública, pois afeta o dia a dia de da maioria das pessoas, que evitam sair de casa em alguns horários, ou mesmo evitam fazer certos trajetos no traçado urbano, ficando cada vez mais isoladas por meio de muros invisíveis.

A violência é capaz de provocar lesões de ordem física e psicológica, gerando demandas importantes para o setor saúde e exigindo que o mesmo esteja em condições de prestar um atendimento capaz de dar conta ou minimizar os danos gerados.

Em meio a tantas contradições, a Polícia, de um modo geral, é mal vista pela população, pois é levada a atuar mais como força repressiva do que educativa. A exposição do policial nas ruas, com o tempo, passa a ser fonte permanente de sofrimentos físicos e psíquicos, afetando seu desempenho profissional e comprometendo sua integridade como indivíduo.

Outro fator que contribui para o abalo mental do policial é a imprensa sensacionalista, cujo maior objetivo é atrair audiência para a mídia privada. Na abordagem dos conflitos sociais, esse tipo de mídia somente apresenta os aspectos exteriores e aparentes dos mesmos, deixando de fazer análises mais profundas, que poderiam levar ao entendimento, pelo grande público, das relações entre violência e estrutura social. Esse tipo de abordagem sensacionalista acaba por justificar punições administrativas severas dentro da corporação policial, fazendo com que o profissional de segurança pública trabalhe quase sempre de maneira retraída.

Em resumo, todos esses problemas, presentes no processo de trabalho do policial, causa o crescente índice da chamada síndrome de *burnout*, sendo necessária, não raro, a baixa médica do policial.

Este trabalho pretende oferecer alguns subsídios que sirvam de argumento e de base para introduzir melhorias no dia a dia do trabalho do policial.

1.2 Objetivo Geral do trabalho

Propor a criação de um Centro Terapêutico (CETE) de apoio à saúde do Policial Militar que atua nos municípios da região litorânea do Paraná, bem como a de seus familiares, com ênfase na atenção à saúde mental, formado por uma equipe multiprofissional e contando, entre eles, com representantes dos próprios policiais.

Paralelamente, propor a criação de “equipes de apoio” em cada Unidade Operacional existente nos municípios litorâneos, de acordo com o que já está proposto em normas da instituição militar no Paraná.

1.3 Justificativas do objetivo

Até hoje, inexistente, no município de Paranaguá e nos demais que estão na região do litoral, uma estrutura de suporte para o trabalhador policial, principalmente no que diz respeito à dimensão do sofrimento mental. Este sofrimento, por sua vez, decorre das condições com que este profissional desempenha suas funções.

Cada vez que um policial é acometido de inconvenientes ligados à saúde mental, ele ou seus familiares devem se deslocar a Curitiba, em busca da assistência que somente está disponível na capital do estado. Naquela cidade, existe o Centro Terapêutico (CETE), anexo ao Hospital da Polícia Militar. Semelhante estrutura seria bastante conveniente no litoral. Essa forma de atendimento não somente evitaria a saída do policial por mais tempo das suas funções, como evitaria esforços para todo o núcleo familiar, que, atualmente, no caso de necessidade de atenção, deve se adequar às exigências de um deslocamento até a capital (transporte, suporte familiar, custos, necessidade de informações variadas, tempo de espera para atendimento etc.).

Assim, para evitar o aumento de agravos com a saúde dos policiais que atuam no Litoral, e desta forma, evitar igualmente o aumento nos gastos com atenção à sua saúde, justifica-se a introdução de um novo suporte para a atenção essa necessidade na estrutura da Polícia Militar da região litorânea.

O suporte dado pelo Centro Terapêutico seria complementado pela criação dos chamados “grupos de apoio”, localizados em cada Unidade Operacional existente nos municípios, conforme prevê normativa da própria Polícia Militar do Paraná.

O Centro Terapêutico (CETE) da Polícia Militar do Paraná foi criado em 03 de Março de 2008, com o objetivo de prestar atendimento multiprofissional aos policiais e bombeiros militares, da ativa e reserva remunerada, com problemas de dependência química, e ainda transtorno de estresse pós-traumático.

O tratamento especializado desenvolvido pelo CETE atua na promoção e prevenção da saúde mental, desencadeando um despertar de consciência no paciente, preparando-o para a necessidade de desintoxicação e tratamento da dependência de substâncias psicoativas e das comorbidades decorrentes.

2. Revisão teórico-empírica

2.1 A violência e segurança pública no Brasil

O Brasil é a sexta maior economia mundial e, no entanto, o país sofre com a baixa qualidade dos serviços públicos, dentre eles a segurança. No caso da Polícia Militar, a precarização das condições de trabalho, a falta de equipamentos e instrumentos adequados, a restrição de recursos orçamentários para a manutenção sequer da estrutura que já existe, os salários desproporcionais, a falta de capacitação profissional e a desvalorização do profissional, todos esses fatores contribuem para a configuração um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos Policiais Militares. (SILVA;VIEIRA, 2008).

2.2 A profissão do policial e os riscos

Sabe-se que, atualmente, a Polícia de um modo geral trabalha sob pressão, pois a cobrança da sociedade em busca de mais e melhor segurança é muito grande. Além disso, é preciso registrar que muitos dos serviços prestados à população pela Polícia não são casos de sua alçada, pois, grande parte dos atendimentos é de apoio a outros órgãos públicos que também não conseguem atender satisfatoriamente suas responsabilidades.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2013 revela que o estado mais perigoso para o trabalho do Policial é o Estado do Paraná (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2013).

No Brasil, a taxa de mortalidade por homicídio de um policial é três vezes maior que de um cidadão comum, e no Paraná esse índice é dez vezes maior. No ano de 2012, no Paraná, foram mortos 21 (vinte e um) policiais em serviço, enquanto que no Estado de São Paulo, com um efetivo cinco vezes maior que o Paraná, morreram 14 (quatorze) policiais em serviços (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2013). O mesmo anuário também indica que, do ano de 2010 a 2012, o Paraná apresentou um número alarmante, ou seja, uma taxa de 293,36 mortes para o efetivo policial, enquanto que no Estado de São Paulo esse índice foi de 52,92. No entanto, o Estado do Paraná vem aumentando

gradativamente seu investimento em segurança pública: no ano de 2010 ele representava 6,3% do orçamento geral, e em 2012, de acordo com o anuário, passou para 7,2%, mas mesmo assim ainda é insuficiente.

Setores da sociedade reclamam das mortes ocasionadas pela violência de policiais, mas não considera que esses mesmos profissionais estão sendo vitimados em maior proporção. Evidentemente, uma questão não justifica a outra, mas deve servir como sinalização de que algo da ordem estrutural está determinando ambos os fatos, e isso deve ficar esclarecido.

Por outro lado, a instituição policial é frequentemente massacrada pela mídia sensacionalista, onde os fatos são manipulados para garantir altos índices de audiência. Nesta linha, assuntos que não dizem respeito às necessidades sociais mais urgentes merecem um destaque sensacionalista, enquanto outros, de maior ressonância social, são deixados propositalmente de lado. Um caso recente que pode exemplificar esse quadro foi uma situação vivida por um policial do Estado de São Paulo, o qual, em seu momento de folga, consegue frustrar o roubo de uma moto cujo condutor parou no semáforo, disparando dois tiros no assaltante conforme matéria noticiada no site do Jornal Estadão em 13 de outubro de 2013. Se não houvesse imagens da tentativa de assalto, gravadas por uma câmera acoplada ao capacete da vítima, o caso não teria a repercussão que teve; neste caso, houve pessoas que queriam a punição da autoridade policial, que colocou a própria vida no cumprimento da ordem pública.

A mídia, hoje, é considerada o Quarto Poder. Ela é a maior fonte de informação e de entretenimento da população, e por isso mesmo, possui um forte poder de manipulação. A mídia age como um controle social às avessas, contribuindo para o processo de massificação da sociedade, resultando na manipulação ideológica de um contingente enorme de pessoas.

Por agir como crítica aos poderes constituídos, como um contra-poder, a imprensa passou a ser chamada de quarto poder e a liberdade de imprensa como algo importante e imprescindível para a garantia da democracia numa sociedade. (GUARESCHI, 2007, p. 14)

Não muito raro sabe-se que, em decorrência do papel da mídia, são impostas punições severas aos policiais, os quais, depois de cumprirem as punições – podem ir desde uma repreensão verbal até a prisão, voltando às ruas com medo de agir.

Por certo, não se quer aqui desconsiderar que também há, de fato, aspectos negativos a serem imputados ao mau comportamento do policial, tais como abuso de poder, corruptibilidade, busca do interesse próprio, formação ou apoio a grupos criminosos, etc. No entanto, reafirma-se que mesmo esses desvios devem ser explicados por determinantes estruturais da sociedade, já lembrados anteriormente. As marcas negativas que podem ser encontradas na instituição policial são, de fato, as marcas negativas da própria sociedade.

2.3 A saúde e o trabalho do policial

De acordo com Souza *et al.*, 2007, os fatores estressantes a que o Policial Militar é submetido no exercício de sua profissão podem ser compreendidos como um processo de sofrimento psíquico que interfere em suas respostas às demandas laborais. Lipp (1996) e Minayo e Souza (2003) afirmam que, além disso, o estresse interfere prejudicando a qualidade das relações interpessoais, gerando um mecanismo de retroalimentação negativa, ou seja, a qualidade das relações interpessoais é indicador da quantidade de estresse presente na vida das pessoas, ao mesmo tempo em que também contribui como importante fator gerador do mesmo estresse. Dessa forma, a queda na capacidade de produzir interações satisfatórias, tanto na dimensão pessoal quanto profissional, possui estreitas relações com qualidade de vida e saúde dos indivíduos.

Com base nesses pressupostos, se pode afirmar que tais mecanismos estão presentes na vida de muitos policiais. Mesmo assim, é comum que muitos deles somente procurem ajuda médica quando estão no limite, quando já apresentam problemas físicos e psíquicos, e até pensamentos suicidas.

Fruto do que foi apresentado, não muito raro se percebe, dentro das corporações policiais, que a relação do subordinado com seu superior nem sempre é estável e, muitas vezes, quando surge algo de errado, uma das primeiras pessoas a ficar contra o policial é o seu próprio companheiro de trabalho.

Farber (1991) afirma que o aumento da carga de trabalho, a falta de recursos e o pouco reconhecimento profissional colaboram para o aparecimento da chamada *síndrome de burnout*, termo inglês que traduzido quer dizer “queimar”, “apagar lentamente” ou “combustão completa”. Ela indica como se comporta, internamente, a subjetividade de alguém submetido a processos permanentes de estresse e falta de

gratificação. Portanto, a síndrome de *burnout*, de uma forma mais ampla, é uma síndrome adquirida com o estresse do trabalho, e quem vivencia essa doença perde o interesse pelo que faz.

Pode-se dizer que o estresse é o meio entre a saúde e a doença, e nesse estágio, o corpo luta contra o agente causador da doença, passando por três estágios: “alarme, resistência e exaustão”. (SILVA; MARCHI, 1997)

Com o passar dos anos no exercício da profissão, e sem o acompanhamento de um especialista, o profissional de segurança pública adquire sintomas e sinais depressivos, como cansaço, perda de apetite e desejo de ficar só. Em alguns casos, o doente deixa de acreditar na instituição em que trabalha, sente raiva dos colegas e, não raro, há casos até de suicídio (SOUZA; MINAYO, 2005; MINAYO *et al.*, 2007).

3. Metodologia

O levantamento dos problemas foi realizado utilizando-se fontes bibliográficas e documentais. Além disso, o tempo de experiência prática do autor serviu como fonte de informação complementar.

4. A Organização

9º Batalhão de Polícia Militar - Paranaguá – Pr.

4.1 Descrição geral:

Em 1854, Paranaguá já recebeu seu primeiro destacamento, no mesmo ano da criação da Polícia Militar do Paraná (PMPR). À época, o efetivo era somente de 14 policiais: 13 praças e um oficial, sendo pelotão comandado por um oficial superior, mas que estava fixado na Capital do estado.

Em 1964, com a chegada de um oficial superior baseado no litoral, o Pelotão ganha autonomia e passa a chamar Corpo de Polícia Portuária (CPP). A missão era exclusivamente a de dar proteção e segurança ao Porto de Paranaguá.

No ano de 1977, o Corpo de Polícia Portuária recebeu a atual designação de 9º Batalhão Policial Militar, passando a abranger os sete municípios do litoral: Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e a própria Paranaguá.

Atualmente, o Batalhão conta com um efetivo total de 343 (trezentos e quarenta e três) policiais, sendo 329 (trezentos e vinte e nove) praças e 14 (quatorze) oficiais, sendo que, deste total, somente 92 (noventa e dois) policiais estão na atividade fim.

De acordo com um relatório da ONU (PEREIRA, 1999), o ideal com relação ao quantitativo é que exista 01 (um) policial para cada 250 (duzentos e cinquenta) habitantes. Diante deste parâmetro, a região litorânea do Paraná está bem defasada. De acordo com os números fornecidos pelo IBGE (2013), o litoral tem 281.270 (duzentos e oitenta e um mil e duzentos e setenta) pessoas, dando uma média de 820 (oitocentos e vinte) pessoas por policiais. Os números ficam mais alarmantes quando a relação estatística envolve somente os policiais da atividade fim, reduzindo-se a uma média de 3.057 (três mil e cinquenta e sete) pessoas para cada policial.

O Batalhão da Polícia Militar do Litoral está dividido em Companhias: a 1ª Companhia representa o município de Paranaguá, a 2ª Companhia, os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e a 3ª Companhia compreende os municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba.

A principal atividade desenvolvida pela Polícia Militar no litoral é o Policiamento Ostensivo Preventivo, porém, também realiza vários tipos de policiamento, sendo eles: Velado (investigação); Trânsito; Rádio Patrulha; Patrulhamento Rural e Patrulhamento Insular. A carga de trabalho é alta, pois se atende, em média, em dias normais (segunda a sexta feira), 50 (cinquenta) ocorrências nos sete municípios, sendo o de maior volume em Paranaguá.

4.2 - Diagnóstico da situação-problema

Do ponto de vista das condições de trabalho, os policiais militares no litoral enfrentam problemas que são bastante conhecidos no Brasil todo, e que vão desde, recursos financeiros escassos, falta de manutenção preventiva de qualidade nas viaturas, falta de apoio – físico e psicológico - na caserna e efetivo não suficiente para suprir as necessidades. Este último item, mas não menos importante, implica em que, muitas vezes, seja sacrificada a folga de 48 horas do policial. Além do mais, como também se tornou comum no país, a mídia sensacionalista se aproveita de todas essas fragilidades da instituição policial para transformar os problemas no enfrentamento com a marginalidade - que como fenômeno tem outras origens -, como algo decorrente da “violência” policial.

A Polícia Militar, como instituição pública, vive de fases, dependendo do governo do Estado. Atualmente, se, por um lado, ela dispõe de viaturas novas, por outro lado, elas estão sem manutenção. Do ponto de vista de instrumentos de trabalho, todos os policiais têm seu próprio equipamento de proteção individual (EPI) e armamento, o efetivo está aumentando gradualmente, em razão da aproximação da Copa do Mundo em 2014, o que faz necessário reconhecer que, apesar de todas as dificuldades, se vivencia uma fase menos ruim, se comparada a períodos anteriores.

No entanto, como decorrência da carga atual de trabalho sob a responsabilidade dos policiais militares no litoral, a situação se agrava no quesito relativo à saúde deste servidor público.

O trabalho do policial que está na atividade fim – o policiamento repressivo – desempenha um trabalho em permanente situação de tensão, dado que as ocorrências são inúmeras, com uma grande variedade de situações, mas em quase todas elas a violência está presente em potencial.

Esse quadro atua como cenário desgastante para o policial, que não encontra na estrutura da Polícia Militar no litoral suporte psicológico adequado que o ajude a manejar o estresse, a ansiedade, o medo, a insegurança, a perda de estímulo e de vontade, o sentimento de solidão, a perda da confiança em si, todos eles muito comuns no tipo de trabalho que o policial faz.

Nas pastas pessoais dos Policiais Militares, ficam arquivadas todas as movimentações, atestados, classificações, etc. Durante a investigação, notou-se que grande parte dos policiais que sofreu punições, sejam elas por negligência, imperícia ou imprudência, no decorrer do processo administrativo, apresentou atestado médico para que a punição fosse atenuada.

No entanto, a Polícia Militar não tem nenhum convênio com serviços de saúde, clínicas ou hospitais na região do Litoral como suporte para seu efetivo. Atualmente, apenas o Hospital da Polícia Militar está disponível para dar atendimento aos policiais do Litoral e seus dependentes, mas o faz também para o efetivo de Curitiba e Região Metropolitana. Sabe-se, por outro lado, que o Hospital em questão está com enormes problemas financeiros, e uma explicação seria a sobrecarga de atendimentos, pois, recentemente o Governo do Estado determinou que todos os servidores estaduais fossem atendidos naquele mesmo local.

O policial do Litoral necessita, enfim, de uma estrutura local que lhe dê suporte em termos de assistência psicológica, uma vez que o sofrimento mental também é, ele próprio, gatilho para muitas outras complicações somáticas.

5. Proposta

Propor a criação de um Centro Terapêutico (CETE) de apoio à saúde do Policial Militar que atua nos municípios da região litorânea do Paraná, bem como à

saúde de seus familiares, com ênfase na atenção à saúde mental, formado por uma equipe multiprofissional e contando, entre eles, com representantes dos próprios policiais, com as seguintes atividades:

- Prevenir o surgimento de doenças ocupacionais ligadas ao estresse e depressão;
- Envolver, de maneira proativa, o militar na melhora de sua autoestima e responsabilidade profissional;
- Elaborar programas de prevenção, melhorando a qualidade de vida e saúde mental do profissional, com auxílio de equipe multiprofissional.

5.1 Desenvolvimento da proposta

Conforme a Nota de Instrução no. 02/2003, “todas as UOp [Unidade Operacional], deverão constituir “**equipes de apoio**”, para auxiliar e minimizar os efeitos do trauma pós incidente crítico dos PM/BM, as quais receberão treinamento especializado, supervisão e apoio do SAS/DP, sendo o PM/BM mais antigo o responsável pelas atividades da equipe” (POLÍCIA MILITAR, 2003, p. 6).

5.2 Plano de implantação

Propõe-se, como forma de implantação, que o projeto seja discutido primeiramente com integrantes da AMAI (Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares), para que receba contribuições, se necessário, e assim ganhar reforço e apoio de uma entidade que luta pelos direitos da classe.

Em seguida, apresentar o projeto ao Comando local para conhecimento, pedidos de esclarecimentos e possíveis avaliações.

Finalmente, apresentar o projeto ao CETE de Curitiba, reunindo todas as contribuições apresentadas nas etapas anteriores, e que tenham sido discutidas e avaliadas. Obter aprovação do projeto, organizar a equipe multiprofissional, esclarecer os benefícios esperados.

5.3 – Recursos

Os gastos com a criação de um grupo de apoio para o Policial Militar com problemas psicológicos gerados em decorrência do trabalho é muito pequeno em relação ao seu benefício. A equipe de multiprofissionais formada para dar atendimento, o Estado já possui, basta realocá-los de maneira que possam dar o suporte necessário ao menos uma vez na semana ao Policial necessitado. As instalações físicas o quartel da Polícia Militar dispõe, sendo necessário adequá-la da forma mais agradável para um bom atendimento.

5.4 - Resultados esperados

Espera-se que com a aprovação e implantação do projeto os objetivos elencados sejam alcançados, pois evitaria a saída do policial por mais tempo das suas funções, como também evitaria esforços para todo o núcleo familiar, que, atualmente, no caso de necessidade de atenção, deve se adequar às exigências de um deslocamento até a capital gerando gastos financeiros.

6. Conclusão

A Polícia Militar, apesar de seu efetivo estar em constante renovação, apresenta raiz arcaica, com muitas regras do século XIX, e seus princípios são a hierarquia e a disciplina. No entanto, é preciso considerar que a realidade para qual essa instituição foi criada é muito diferente da vivida atualmente.

Na sociedade contemporânea, a violência se apresenta tanto nos grandes e pequenos centros, quanto nas áreas rurais, e sempre em escala crescente.

Nesse quadro, sabe-se que muitos policiais deixam de agir não só por medo da repercussão pela forma com que seu ato possa ser veiculado pela mídia, mas também por interesses particulares, como, por exemplo, colocar em risco sua carreira militar sendo impedido à uma promoção como também uma possível ação de vingança contra ele, indivíduo, por parte dos que foram objeto de sua ação repressiva.

A violência em si, não só agride a saúde de quem a sofre, como também afeta a economia do país. O policial está no meio desse combate, mas, também pouco pode fazer, pois a precariedade social é maior que a vontade de fazer algo e a confiança de que esse ato possa dar em algum resultado.

É sabido que a violência, em sociedades com muita disparidade como a brasileira, nunca vai deixar de existir. De uma forma ou de outra, ela faz parte da condição do ser humano acossado pela falta de segurança – econômica, alimentar, educacional, cultural, etc.

O que se pode fazer é mudar a cultura de um povo, com instituição de práticas políticas apropriadas para atender as necessidades da maior parte da população, mas isso só se dará em longo prazo. Com o trabalho do policial não é diferente, pois está inserido na sociedade acima apresentada, carregando consigo problemas de seu *habitat* social, as crenças e valores aprendidos, mas também preconceitos e práticas preconceituosas presentes no meio. Por isso, especialmente em seu trabalho, o policial sofre, mas, muitas vezes também gera violência deixando-se atrair pela corrupção, embora sejam atitudes contrárias ao seu juramento profissional.

Para que o presente projeto ganhe força, é necessário entender que os propósitos aqui apresentados visam proporcionar apoio, equilíbrio e o bem-estar ao policial militar e seus familiares, respeitando o policial como pessoa que tem

sentimentos, contradições e limitações. Com este projeto, também nos enfrentamos com outro aspecto da cultura dominante, e que devemos banir de vez, que psicólogos e psiquiatras tratam somente de pessoas “loucas”. Ao contrário, esses profissionais, muito antes que o tratamento de casos extremados de descompensação psíquica, são formados, para diagnosticar traumas emocionais, e, com isso, enfrentar as crises minimizando seus efeitos. Esse tipo de atenção à saúde mental tem, portanto, um caráter mais preventivo do que curativo!

O projeto aqui apresentado poderia ter mais subsídios, mas um certo nível de barreiras burocráticas dentro da própria instituição no que diz respeito à busca por informações, fez com que não fosse possível conhecer a fundo o trabalho do Centro Terapêutico (CETE) de Curitiba. Este conhecimento seria fundamental para subsidiar a implantação e posterior enriquecimento do trabalho do Grupo de Apoio ao Policial Militar na região litorânea do Paraná.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FARBER, B. A. **Crisis in education: stress and burnout in the american teacher**. São Francisco: Jossey-Bass, 1991.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2013.

GUARESCHI, P. A. Mídia e democracia: o quarto *versus* o quinto poder. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seermigrando/ojs/index.php/debates/article/viewFile/2505/1286>>. Acesso em: 1/12/2013.

IANNI, O. Raízes da violência. *In*: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaaios sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 19-38.

IBGE. Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades Paraná**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: 20/11/2013.

LIPP, M. N. *Stress: conceitos básicos*. *In*: Lipp, M. N. (Org.). **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas: Papyrus, 1996. p. 17-31.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E.R. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 23, v.11, p. 2767-2779, 2007.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná (1989)**. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

PEREIRA, F. Folha de São Paulo. Cidade tem déficit de policial por habitante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 jan. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff08019914.htm>>. Acesso em: 20/11/ 2013

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Nota de Instrução no. 02: Atenção psicossocial a policiais e bombeiros envolvidos em ocorrências de alto risco**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2003.

RODRIGUES, A. ESTADÃO. Vítima filma PM atirando em assaltante na zona leste. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,vitima-filma-pm-atirando-em-assaltante-na-zona-leste,1085400,0.htm>>. Acesso em: 20/11/2013.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v.17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SILVA, M; MARCHI, R de. Qualidade de vida e promoção de saúde. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1997.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.4, p. 917-928, 2005.